



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO REALIZAR DA NO DIA  
18 DE FEVEREIRO DE 2015

N.º 04/2015

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Dr. Luís  
Manuel Mota Bastos e Aníbal Pinto Prior. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não houve. -----

SECRETARIOU: Dr. António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00 horas. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não houve. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada em minuta no final da respetiva reunião. -----



<b>SUMÁRIO</b>	<b>Pág.</b>
<b>ANTES DA ORDEM DO DIA</b>	
1 – Comissão de Transito – Constituição - Declaração do Senhor Vereador do PPD/PSD, Dr. Luís Manuel Mota Bastos.....	3
2 – Eleitos Locais – Ajudas de Custo e Subsídio de Transporte – Requerimento do Senhor Vereador do PPD/PSD, Dr. Luís Manuel Mota Bastos .....	3
<b>ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL</b>	
3 – Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição 2013 – Para Conhecimento .....	5
<b>DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS</b>	
4 – Procedimento Concursal de Recrutamento na Modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado de Trabalhadores na Carreira/Categoria de Assistente Operacional e na Carreira/Categoria de Técnico Superior - Autorização para Recrutamento – Art.º 64.º n.º 2 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro.....	5
5 – Revisão do Plano Plurianual de Investimento e Orçamento da Despesa – 2015.....	13
<b>Tesouraria</b>	
6 – Resumo dos Fluxos de Caixa até 12 de fevereiro de 2015 .....	14
<b>DIVISÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DEPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO</b>	
7 – UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – 1.º Encontro de História da Ciência no Ensino – Pedido de Contribuição .....	15
8 – Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião – Pedido de subsídio.....	15
9 – Real Clube de Penaguião – Pedido de Comparticipação Financeira.....	16
10 – Projeto “Portugal a Nadar” – Protocolo de Adesão – Entre o Município de Santa Marta de Penaguião e a Federação Portuguesa de Natação (FPN).....	16
11 – A2000 – Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento – Atribuição de Comparticipação Financeira.....	17



**ANTES DA ORDEM DO DIA**

**Comissão de Transito – Constituição - Declaração do  
Senhor Vereador do PPD/PSD, Dr. Luís Manuel Mota Bastos**

----- 1 – Presente à reunião requerimento do Senhor Vereador do PPD/PSD, Dr. Luís Manuel Mota Bastos, com o seguinte teor: -----

----- “Declaração para a acta” -----

----- “Tendo consultado inúmeros regulamentos municipais de trânsito constatei que a esmagadora maioria deles a representação da oposição se encontra consagrada na sua composição (vide exemplo anexo). -----

----- Tendo consultado a legislação sobre o assunto constatei que nenhuma norma impõe a ausência de representação da oposição na composição da Comissão Municipal de Transito.” -----

**Eleitos Locais – Ajudas de Custo e Subsídio de Transporte  
Requerimento do Senhor Vereador do PPD/PSD, Dr. Luís  
Manuel Mota Bastos**

----- 2 – Presente à reunião requerimento do Senhor Vereador do PPD/PSD, Dr. Luís Manuel Mota Bastos, com o seguinte teor: -----

----- “Solicito a transcrição para acta do teor integral do ofício por mim dirigido ao Senhor Presidente da Câmara, que anexo.” -----

----- “Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, 11.02.2015.

----- “Justificando-se, como se preciso fosse, com o parecer emitido pela CCDRN sobre o pedido feito pela Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião relativa a “Ajudas de custo – subsídio de transporte” de um membro da mesma residente no estrangeiro, V. Exa. comunicou, na passada reunião de Câmara de 3 de Fevereiro – e fez exarar em acta -, que “o Município irá disponibilizar, a partir desta data, o transporte, em viatura do serviço, ao Senhor Vereador do PPD/PSD (...), sempre que o mesmo tenha necessidade de se deslocar do e para o seu domicílio, para as reuniões executivo municipal”. -----





----- “Dispenso-me, por imerecidas e desnecessárias, de quaisquer interpretações ou considerações de ordem política.” -----

----- V. Exa. propõe-se afectar uma viatura e um motorista do município para fazer quatro viagens quando são necessárias apenas duas, para consumir o dobro do combustível, provocar o dobro da poluição, provocar o dobro do desgaste de material, gastar tempo (e dinheiro) de serviço de um motorista que poderia estar a executar um outro serviço necessário, tudo isto, para, com praticamente os mesmos custos financeiros (se não mesmo mais, dependendo do custo/hora do motorista), invocar que está apenas a cumprir o que o parecer e a Lei determinam.

----- Efetivamente, V. Exa. ignora ostensivamente que o próprio parecer também refere **“que a opção deve ser sempre a que menos onerar o orçamento público e a mais ajustada ao caso em concreto”** e que **“quer a regra quer a excepção parecem assentar na lógica de um básico princípio de economia”**. -----

----- É por demais evidente que, no caso concreto, acrescentando ao vereador o direito de dispor de mais horas que as necessárias à reunião para permanecer na sede do município e executar o trabalho político que lhe aprouver, a opção mais ajustada, menos onerosa e que e que melhor cumpre esse básico princípio de económica é o da utilização, como até aqui **(e sem que de um privilégio se trate porque o não é, é um direito)**, da viatura própria. -----

----- Consequentemente, se esse não for, como foi até aqui, o entendimento de V. Exa., comunico-lhe pela presente que não farei uso da disponibilidade proposta, pelo que não serei conduzido às reuniões de câmara e da assembleia por motorista e em viatura do município, procedendo, quanto ao mais, em conformidade com a lei.” -----

----- “Sem outro assunto de momento. O Vereador, (assinado) Luís Mota Bastos”. -----

----- Sobre o conteúdo do presente ofício, o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, proferiu a seguinte declaração: “Ao ter prescindido de transporte em viatura oficial, o Senhor Vereador demonstra que só estava interessado em receber o dinheiro do Município, pensando unicamente nos interesses pessoais.” -----

----- O Senhor vereador do PPD/PSD, Dr. Luís Manuel Mota Bastos, fez a seguinte declaração: “As declarações do Senhor Presidente da Câmara falam por si e não me merecem qualquer resposta.” -----



## ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

### **Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição 2014 – Para Conhecimento**

----- 3 – Presente à reunião Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição 2014, para conhecimento do Executivo Municipal. -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

## **DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

### **Procedimento Concursal de Recrutamento na Modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado de Trabalhadores na Carreira/Categoria de Assistente Operacional e na Carreira/Categoria de Técnico Superior - Autorização para Recrutamento – Art.º 64.º n.º 2 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro**

----- 4 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “A Lei Geral do trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, estabelece no seu artigo 30.º que o órgão ou serviço pode promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, sendo que nos termos dos n.ºs 2 e 3 do mesmo artigo esse recrutamento deve ser feito por tempo indeterminado ou a termo, consoante a natureza permanente ou transitória da actividade, tal como consta do mapa de pessoal e é restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado. -----

----- Por outro lado, e também mediante procedimento concursal, no caso de impossibilidade de ocupação de postos de trabalho nos termos antes referidos, o órgão ou serviço, precedendo parecer favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da



**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 4 de 18 de fevereiro de 2015**



administração pública pode, de acordo com o n.º 4 do supracitado artigo, recrutar trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público. -----

----- Nas autarquias locais, o recrutamento a que se refere o n.º 1 do artigo 30.º da LTFP, dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, para ocupar os postos de trabalho em causa, deve ser precedido de aprovação do órgão executivo, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/209, de 3 de Setembro. -----

----- A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2015 – LOE2015), no seu artigo 62.º n.ºs 2 e 3, sob a epígrafe “*Gestão de pessoal nos municípios em equilíbrio e nas restantes entidades da administração local*”, estabelece que no ano de 2015, os municípios que não ultrapassem o limite da dívida total previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro - Lei aprovou o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais – e que o montante da dívida, excluindo empréstimos, não seja superior 0,75 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, ficam impedidos de aumentar a despesa com pessoal, sendo que nos termos do n.º 3 do supracitado artigo 62.º da LOE2015, os municípios que se encontrem nas situações referidas e que no exercício de 2014 não tenham cumprido a redução, no mínimo, de 2% o número de trabalhadores, prevista no artigo 62.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE2014), alterada pelas Leis n.ºs 13/2014, de 14 de Março e 75-A/2014, de 30 de Setembro, não podem em 2015 ultrapassar o montante de despesa que resultaria após o cumprimento da redução prevista no artigo 62.º da LOE2014. -----

----- O artigo 64.º da LOE2015, que estabelece medidas de controlo do recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais, dispõe nos n.ºs 1 e 2 que os municípios que não se encontrem nas situações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 58.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, ou seja, que não ultrapassem o limite da dívida total e que o montante da dívida, excluindo empréstimos, não seja superior 0,75 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, podem proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de vínculos de emprego público por tempo indeterminado ou a termo, para a carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido objecto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, destinados a candidatos que não possuam um vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido, mediante autorização do

**Município de Santa Marta de Penaguião**

**Câmara Municipal**

**Ata n.º 4 de 18 de fevereiro de 2015**



órgão deliberativo, sob proposta do respectivo órgão executivo e desde que se verifiquem cumulativamente os requisitos previstos nos n.ºs 2 a 6 do artigo 62.º da LOE2015 e os seguintes requisitos cumulativos (al.ºs b) e d), do n.º 2 do artigo 47.º e al.ºs a) e b), do n.º 2 do artigo 64.º, ambos da LOE2015): -----

- i) Impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa por trabalhadores com vínculo de emprego público previamente constituído, ou por recurso a pessoal colocado em situação de requalificação ou outros instrumentos de mobilidade -----
- ii) Cumprimento, pontual e integral, dos deveres de informação previstos no artigo 8.º da Lei n.º 57/2011, de 28 de Novembro, alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro -----
- iii) Seja imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ponderada a carência de recursos humanos no sector de actividade a que aquele se destina, bem como a evolução global dos recursos humanos na autarquia; -----
- iv) Demonstração de que os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos no orçamento. -----

----- Dispõe, ainda, o artigo 265.º da LTPF, que nenhum dos órgãos ou serviços, pode iniciar procedimento para a contratação de prestação de serviço ou recrutar trabalhador, por tempo indeterminado ao a título transitório, sem prejuízo do regime da mobilidade, antes de executado procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação para as funções ou postos de trabalho em causa, cujos termos e tramitação desse procedimento prévio se encontra regulado pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de Fevereiro. -----

----- Nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 66/2012, de 31 de Dezembro, no caso das autarquias locais, a entidade gestora da mobilidade especial autárquica (EGMA), a constituir no âmbito das áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais são as EGRAS (Entidade Gestora da Requalificação nas Autarquias). -----

----- De acordo com o artigo 16.º-A, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, aditado pela Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro, caso a EGRA não esteja constituída, que é o caso que se verifica na Comunidade Intermunicipal do Douro, conforme declaração emitida em 10 de Dezembro último, a lista nominativa dos trabalhadores que são colocados em situação de





requalificação, a entidade que os colocou nessa situação assume a posição de EGRA para todos os efeitos, ou seja, a função é desempenhada nos municípios pelo presidente da câmara municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 15.º do referido Decreto-Lei, na sua actual redacção. ----

----- Esta matéria foi objecto de análise em sede de reunião de coordenação jurídica realizada entre a Direcção-Geral das Autarquias Locais e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, cuja solução interpretativa homologada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local em 15 de Julho último, refere que as autarquias locais não têm que consultar a Direcção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), entidade gestora do sistema de requalificação e da definição e controlo das políticas de recrutamento interno e externo na Administração Pública, no âmbito do procedimento prévio de recrutamento dos trabalhadores em situação de requalificação. -----

----- No mesmo sentido se pronunciou a Secretaria de Estado da Administração Pública, conforme Nota n.º 5/JP/2014, que mereceu a concordância do Senhor Secretario de Estado em 10 de Julho do corrente ano. -----

----- O mapa de pessoal do Município para o ano de 2015, aprovado pelo órgão executivo e deliberativo em 30 de Outubro e 28 de Novembro do ano transacto, respectivamente, contém os postos de trabalho necessários para o cumprimento das actividades de natureza permanente e temporária a desenvolver durante o corrente ano. -----

----- No que respeita a estas categorias estão previstos 9 postos de trabalho, correspondentes às funções de cantoneiro de arruamentos e de limpeza, canalizador, trolha, motorista e condutor de veículos especiais e um posto de trabalho correspondentes às funções de arquitecto, afectos à Divisão de Coordenação Técnica, de Planeamento e Gestão Urbana, nos sectores das Obras Municipais e Ambiente e de Planeamento e Gestão Urbanística, a serem ocupados em 2015, sendo que 6 postos de trabalho da categoria/carreira de assistente operacional resultaram da aposentação em 2014 de igual número de trabalhadores. -----

----- A limpeza urbana, de arruamentos, de estradas e caminhos municipais constitui uma das mais relevantes missões deste Município, essencial à manutenção de adequadas condições de salubridade imprescindíveis à qualidade de vida dos cidadãos, bem como tornar possível em condições de maior segurança o trânsito automóvel e pedonal nestas vias municipais. -----

----- Nesta medida as tarefas a realizar impõem um número suficiente de trabalhadores Assistentes Operacionais (Cantoneiros de limpeza e condutores de veículos especiais) cuja





ausência não permite de forma eficiente e eficaz a operacionalidade de meios com consequências na prossecução do interesse público, mais concretamente na saúde pública. -----

----- O regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projectos, pela fiscalização de obra e pela direcção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial, e os deveres que lhe são aplicáveis, aprovado pela Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, estabelece no seu artigo 5.º, sob a epígrafe "*Apreciação de projectos*", que "*Sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 176/98, de 3 de Julho, no que respeita ao projecto de arquitectura, a Administração Pública e os donos de obra pública dotam os seus quadros de funcionários e trabalhadores com qualificação adequada para apreciar e analisar um projecto no âmbito de uma obra sujeita a licenciamento, comunicação prévia ou procedimento pré-contratual, podendo recorrer a entidades externas, dotadas de técnicos qualificados para esse fim, quando tal se revele conveniente para o cumprimento desta obrigação*". -----

----- Por sua vez, o n.º 4 do Decreto-Lei n.º 176/98, de 3 de Julho, que aprovou o Estatuto da Ordem dos Arquitectos, refere que "*a intervenção do arquitecto é obrigatória na elaboração ou avaliação dos projectos e planos no domínio da arquitectura*" inscrito na respectiva Ordem. -----

----- O regime transitório definido no artigo 26.º do supra referido regime jurídico, que permite aos técnicos e pessoas integrados nos quadros do dono da obra pública, que, não reunindo as qualificações previstas no mesmo, exercer as funções de elaboração de projecto e de fiscalização de obra desde que "*demonstrem ter desempenhado, nos últimos dois anos, essas funções*", termina no dia 1 do próximo mês de Novembro. -----

----- Ora, os projectos submetidos à Câmara Municipal para apreciação quer em caso do licenciamento ou de comunicação prévia, exige uma apreciação sobre o cumprimento dos parâmetros arquitetónicos (volumetria, cêrcea, enquadramento na envolvente etc.), cuja apreciação compete aos arquitetos. -----

----- Por outro lado, grande número de projectos de arquitectura com vista à execução de obras públicas são concebidos pelos serviços técnicos do Município e, terminado o período transitório, a Técnica Superior de Engenharia, fica impossibilitada de subscrever tais projectos, sob pena de poder vir a sofrer responsabilidade criminal, contra-ordenacional e disciplinar. -----

----- Tendo em conta a evolução de recursos humanos nestas áreas de actividade, resulta evidente a necessidade de proceder ao recrutamento de trabalhadores que permita colmatar a

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 4 de 18 de fevereiro de 2015**



carência existente na limpeza urbana, na limpeza dos arruamentos e vias municipais e no tratamento dos espaços ajardinados existentes, bem como para a apreciação e análise de projectos no âmbito de obras sujeitas a licenciamento, atendendo à imposição legal, como acima se referiu. -----

----- As referidas carências configuram necessidades permanentes e urgentes de pessoal e justificam a autorização de abertura de um procedimento concursal para preenchimento de postos de trabalho vagos, com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado. -----

----- Assim, nos termos expostos e considerando: -----

----- Que os factos acima descritos fundamentam, em nossa opinião, ser imprescindível o recrutamento, uma vez que tem em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público, subjacente às necessidades de recrutamento do posto de trabalho para desempenho das funções referidas e colmatar necessidades permanentes dos serviços municipais, dada a inexistência de recursos humanos para assegurar o exercício de tais funções;

----- Que em 29 de Julho e em 17 de Novembro último, pelos avisos n.ºs 8701/2014 e 12.849/2014, publicados no Diário da República, 2.ª série, n.ºs 144 e 222, respectivamente foram abertos dois procedimentos concursais comuns para preenchimento de quatro postos de trabalho, na carreira e categoria de Assistente Operacional (três cantoneiros de limpeza/vias municipais e um condutor de máquinas pesadas e veículos especiais) e de um posto de trabalho, na carreira/categoria de Técnico Superior, para o exercício de funções na unidade orgânica da Divisão de Coordenação Técnica, Planeamento e Gestão Urbana (Sector das Obras Municipais e Ambiente e de Planeamento e Gestão Urbanística), de acordo com o descrito no respectivo mapa de pessoal, destinado a candidatos com vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido; -----

----- Que os referidos procedimentos concursais, vieram a ficar desertos, pelo facto da inexistência de candidatos que permitissem à prossecução dos respectivos procedimentos, conforme n.º 1, al.ª a) do artigo 38.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril, verificando-se a impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho referidos por trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido, bem como com recurso a



**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 4 de 18 de fevereiro de 2015**



peçoal colocado em situação de mobilidade especial, dada a inexistência de peçoal nessa situação no Município; -----

----- Que não existem reservas de recrutamento no Município, nem na entidade centralizadora para a constituição de reservas de recrutamento (ECCRC), conforme comunicação da Direcção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), entidade competente para a definição e controle das políticas de recrutamento interno e externo na Administração Pública, nos termos da alínea c) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 48/2012, de 29 de Fevereiro, solicitada em cumprimento do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 6 de Abril, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril, a qual informou, via e-mail: *"Não tendo, ainda, decorrido qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, declara-se a inexistência, em reserva de recrutamento, de qualquer candidato com o perfil adequado"*; -----

----- Que do mapa de peçoal aprovado para 2015 se encontram previstos os postos de trabalho em causa, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas e vínculo de emprego público por tempo indeterminado, cujas despesas a suportar os respectivos encargos se encontram orçamentadas; -----

----- Que o Município tem cumprido pontual e integralmente os deveres de informação previstos no artigo 8.º da Lei n.º 57/2011, de 28 de Novembro, alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, conforme se demonstra através do documento extraído do SIAL, anexo à presente proposta e da qual fica a fazer parte integrante; -----

----- Que o Município, em 2014, deu cumprimento às medidas de redução de trabalhadores de acordo com previsto no artigo 62.º da LOE2014, conforme se demonstra no quadro seguinte: -----

Redução de Trabalhadores (n.º 1 do Art.º 62.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro - LOE2014)									
	Stock de Trabalhadores em 31/12/2010	Stock de Trabalhadores em 31/12/2011	Stock de Trabalhadores em 31/12/2012	Stock de Trabalhadores em 31/12/2013	Saídas por Aposentação /Reforma	Outras Saídas	Stock em 31/12/2014	Redução %	Obs
CTFPTI				79	5		74	-6,33%	
CTFPTC				3		3	0	-100,00%	
Soma	83	88	87	82	5	3	74	-9,76%	

CTFPTI – Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

CTFPTC – Contrato de trabalho em funções públicas a termo certo

Nota: Não foi considerado o peçoal necessário para assegurar o exercício de actividades objecto de transferência de competências no domínio da educação, incluindo os técnicos das actividades de enriquecimento curricular, conforme contrato celebrado com o Ministério da Educação em 16 de Setembro de 2008, nos termos do artigo 55.º, n.º 11 e artigo 62.º, n.º 5, ambos da LOE2104).

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 4 de 18 de fevereiro de 2015**



----- Que tendo em conta a verba orçada do “Agrupamento 01 – Despesas com pessoal” constante do Orçamento para o ano corrente, no montante de 2.025.700,00€, deduzido da importância de 113.400,00€ destinada ao recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho por tempo indeterminado e a termo, e que o procedimento concursal que se encontra em curso e os resultantes do recrutamento para os postos de trabalho supra mencionados, se prevê que estejam concluídos no início dos meses de Maio e Julho, respectivamente, as despesas com pessoal em 2015 não ultrapassam as mesmas despesas relativas ao ano de 2014, conforme se demonstra no quadro que se segue: -----

Despesas com pessoal								
Realizadas em 2014	2015			Procedimentos Concursais		Soma	Total despesas em 2015	Margem disponível em relação a 2014
	Previstas no Orçamento	Despesas com recrutamento previstas	Diferença	A decorrer (Tec. Superior)	A realizar (Assistentes Operacionais e Técnico Superior)			
(1)	(2)	(3)	(4) = (2) - (3)	(5)	(6)	(7) = (5) + (6)	(8) = (4) + (7)	(9) = (1) - (8)
2 202 436,12 €	2 139 100,00 €	113 400,00 €	2 025 700,00 €	14 213,99 €	33 291,24 €	47 505,23 €	2 073 205,23 €	129 230,89 €

----- Proponho que o Executivo, delibere em conformidade com os n.ºs 1 e 2 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro e n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de Abril, Lei n.º 66/2012, de 31 de Dezembro e 80/2013, de 28 de Novembro, por se verificarem cumulativamente os requisitos previstos nas alíneas b) e d) do artigo 47.º e nos n.ºs 2 a 6 do artigo 62.º, ambos da LOE2015, conforme antes demonstrado; -----

- a) Aprovar o recrutamento de 5 trabalhadores para ocupação dos correspondentes postos de trabalho, sendo 4 na carreira e categoria de Assistente Operacional (Cantoneiros de limpeza: 3 trabalhadores; Condutores de veículos especiais: 1 trabalhador), e 1 na carreira/categoria de Técnico Superior (Arquitecto) previstos no mapa de pessoal desta Câmara Municipal, mediante a abertura do procedimento concursal comum na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para exercerem as correspondentes funções neste Município, destinados a candidatos que não possuam um vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido, ao abrigo do disposto nos artigos 30.º, n.º 1, 31.º e 33.º, da Lei Geral do trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, -----
- b) Que, caso a presente proposta mereça aprovação, por parte do Executivo Municipal, a mesma seja submetida à apreciação da Assembleia Municipal, no sentido de autorizar o





referido recrutamento, nos termos do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro.” -----

----- Deliberação: Aprovar, por unanimidade: -----

- 1 – O recrutamento de cinco trabalhadores para ocupação dos correspondentes posto de trabalho, sendo 4 na carreira e categoria de Assistente Operacional (Cantoneiros de limpeza: 3 trabalhadores; Condutores de veículos especiais: 1 trabalhador), e 1 na carreira/categoria de Técnico Superior (Arquitecto), mediante a abertura do procedimento concursal comum na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, destinados a candidatos que não possuam um vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido, ao abrigo do disposto nos artigos 30.º, n.º 1, 31.º e 33.º, da Lei Geral do trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho; ---
- 2 - Submeter à apreciação da Assembleia Municipal sob a forma de proposta, nos termos do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro. -----

#### **Revisão do Plano Plurianual de Investimento e Orçamento da Despesa - 2015**

----- 5 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando, que:-----

----- Na execução de algumas obras promovidas pelo Município se tem provocado alguns danos em propriedades de particulares, danos estes que são de difícil programação aquando da elaboração do projecto e mesmo na execução dos trabalhos. -----

----- Neste quadro, e de forma facilitar a boa execução das obras bem como a sua concretização a nível dos prazos clausulados no respectivo contrato, propõem-se, que termos dos ponto 8.3.2.1 e 8.3.2.2. do POCAL, o Executivo Municipal aprove a Revisão do Plano Plurianual de

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 4 de 18 de fevereiro de 2015**



Investimentos de 2015, conforme documento anexo à presente ata da qual fica afazer parte integrante.” -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, a 1.ª Revisão Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento da Despesa para 2015, de acordo com a proposta apresentada, e submeter à Assembleia Municipal, para aprovação de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

**Tesouraria**

**Resumo dos Fluxos de Caixa até 12 de fevereiro de 2015**

----- 6 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa até 12 de fevereiro de 2015, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA			Data:	12/02/2015
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo do dia anterior:		629 543,26	Despesas Orçamentais (*)	517 831,72
Execução orçamental	603 477,80		Correntes	305 171,98
Operações de tesouraria	26 065,46		Capital	212 659,74
			(*) Compromissos	7 971 652,90
Receitas Orçamentais		568 714,59	Operações de tesouraria	47 549,91
Correntes	509 885,59		Saldo para o dia seguinte:	660 137,24
Capital	58 829,00		Execução orçamental	654 360,67
Operações de tesouraria		27 261,02	Operações de tesouraria	5 776,57
Total		1 225 518,87	Total	1 225 518,87

----- **Deliberação:** Tomar conhecimento. -----





**DIVISÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DEPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

**UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – 1.º Encontro  
de História da Ciência no Ensino – Pedido do Contribuição**

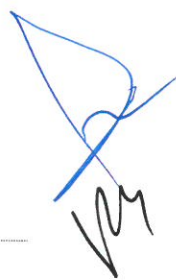
----- 7 – Presente à reunião, ofício da UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, registado sob n.º 255, em 23 de janeiro do corrente ano, dando conhecimento que no próximo dia 27 de maio irão realizar o 1.º Encontro de História da Ciência no Ensino. Desta forma, solicitam uma verba de 150,00€, para a realização do referido evento. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 150,00€ (cento e cinquenta euros), ficando no entanto, o seu encargo condicionado à existência de dotação orçamental e ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis.** -----

**Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara  
Municipal de Santa Marta de Penaguião – Pedido de subsídio**

----- 8 – Presente à reunião ofício do Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, registado sob o n.º 437 de 03 de fevereiro de 2015, dando conhecimento que o almoço de Natal dos funcionários do Município, bem como com a aquisição dos presentes para os seus descendentes, ultrapassou a estimativa inicial devido ao elevado número de inscrições no referido almoço de Natal, desta forma, solicitam ao Executivo Municipal uma comparticipação financeira no valor de 572,65€. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 572.65€ (quinhentos e setenta e dois euros e sessenta e cinco**



cêntimos), ficando no entanto, o seu encargo condicionado à existência de dotação orçamental e ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis. -----

#### **Real Clube Penaguião – Pedido de Participação Financeira**

----- 9 – Presente à reunião, ofício do Real Clube Penaguião, registado sob n.º 550, de 13 de fevereiro do corrente ano, dando conhecimento que no próximo dia 01 de março irão realizar um Encontro Distrital de Petizes e Traquinas no Estádio Municipal de Santa Marta de Penaguião. Assim, solicitam um apoio financeiro, para a realização do referido evento. -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, atribuir um subsídio até ao valor de 300,00€ (trezentos euros), ficando no entanto, o seu encargo condicionado à existência de dotação orçamental e ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis. -----

#### **Projeto “Portugal a Nadar” – Protocolo de Adesão – Entre o Município de Santa Marta de Penaguião e a Federação Portuguesa de Natação (FPN)**

----- 10 – Presente à reunião, proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Acreditamos que uma competição saudável entre qualquer ser humano, mas sobretudo entre os jovens, é sem dúvida uma boa maneira de os preparar para o mundo. Mesmo que essa competição seja extracurricular. -----





----- Acreditamos que aos nossos jovens devem ser dadas as condições para escolher, dentro do maior leque possível, modalidades desportiva com que melhor se identifiquem. -----

----- Já temos equipamentos que nos permitem fazê-lo. Faltam-nos os programas e a formação. -

----- Portugal a Nadar é um programa da Federação Portuguesa de Natação (FPN).

----- O acordo prevê benefícios do Pack Entidade, nomeadamente na realização de estágios das Seleções Nacionais das diferentes disciplinas da Natação nas piscinas cobertas municipais, a organização de eventos desportivos de nível regional e nacional, no âmbito da natação e suas disciplinas, e uma associação da imagem entre as entidades envolvidas. -----

----- O Município, através desta adesão ao projeto "Portugal a Nadar" beneficia de um vasto leque de ofertas e facilidades, de que se destacam o contacto direto e privilegiado com os vários parceiros FPN e o acesso à formação profissional certificada para os seus quadros e colaboradores. -----

----- Com esta adesão todos os utentes das Piscinas Municipais de Santa Marta, passam a usufruir das iniciativas de promoção e divulgação da modalidade, de cariz lúdico ou desportivo, além de usufruírem de um cartão que lhes dará acesso à rede de parceiras da FPN, com descontos em produtos e serviços. Estes utentes poderão ainda contar com uma apólice de seguro mais alargada e vantajosa, que é válida em qualquer piscina do país que seja aderente ao Projeto "Portugal a Nadar". -----

----- Proponho ao executivo municipal que autorize a assinatura do respetivo protocolo." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a proposta a apresentada, bem como, a minuta do protocolo a celebrar com a Federação Portuguesa de Natação.** -----

#### **A2000 – Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento – Atribuição de Participação Financeira**

----- 11 – Presente à reunião, proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- "Após algum tempo de reflexão, reuniões e análise, temos agora condições para retomar as ações de cooperação com a A2000 no que diz respeito à execução de duas ações: "Oficina dos Sorrisos" e "Espaços de Convívio". -----

**Município de Santa Marta de Penaguião**

**Câmara Municipal**

**Ata n.º 4 de 18 de fevereiro de 2015**

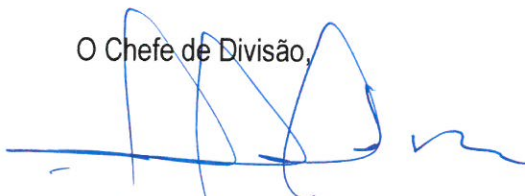
----- Neste momento esta instituição é a única capaz de dar resposta a estas duas temáticas. -----  
----- Assim, e com o intuito de responder de forma mais adequada e sustentada às necessidades e prioridades dos nossos Penaguienses, o Município propõe uma comparticipação anual de 12.000,00, a ser paga em duodécimos à referida IPSS." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação anual de 12.000,00€ (doze mil euros), sendo que a comparticipação para o ano económico de 2015 é de 11.000,00€ (onze mil euros), a transferir em prestações mensais, mediante protocolo a celebrar entre o Município e a Associação 2000, cuja minuta deverá ser aprovada pela Câmara Municipal.** -----

O seu encargo fica condicionado à existência de dotação orçamental e ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis. -----

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:15 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)